

Engenheiro considera perigoso desmatamento dos morros de Vitória

A 20358

A única maneira correta para se acabar com os problemas de ocupação marginal, clandestina e perigosa das áreas verdes nos morros de Vitória, acima da cota de 50 metros, seria uma ação conjunta da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado para a criação de projetos habitacionais que absorvessem o fluxo migratório rural.

A sugestão é do Diretor do Departamento de Obras da Prefeitura de Vitória, engenheiro Humberto Vello, analisando os perigos de construção de casas nas encostas, bem como do desmatamento indiscriminado que vem ocorrendo na mata dessas encostas. "Os morros da Ilha de Vitória praticamente não têm mais matas. O pouco que resta pertence a uma reserva municipal fiscalizada pela Prefeitura — o Morro do Vigia".

PERIGOS

Humberto Vello admitiu que os barracos construídos nas encostas são alvos constantes das erosões, expostos aos perigos de desabamento causado por escavações e pela derrubada da vegetação que atua como fator de segurança contra os deslizamentos e erosões em geral. Na época das chuvas, os morros do Forte de São João, Bento Ferreira, Volta do Rabaioli e Alto de Caratoira sofrem constantes deslizamentos de terra e muitos barracos caem. No último período de chuvas, a municipalidade acolheu diversas famílias cujos barracos foram destruídos.

O diretor do DO municipal explicou ainda que a Prefeitura não pode executar a retirada de todas as famílias que moram acima da cota de 50 metros porque desencadearia um grande problema social: — Essas famílias são de origem humilde, geralmente do interior. Chegam à cidade, à procura de oportunidades melhores, sem recursos. Instalam-se em locais arriscados, pois precisam de se arriscar. Se não temos condições

de dar a elas lugar seguro para morar, não podemos promover a derrubada dos barracos.

Humberto Vello disse ainda que o Município sozinho não tem condições de "arcar com as despesas para a construção de moradias destinadas à gente que vive nos morros. Em Vitória, estima-se que mais de 10 mil famílias moram nessas regiões". Agora, com as recentes chuvas, o Município encaminhou relatório ao Ministério do Interior, através do Governo estadual, solicitando recursos no valor de Cr\$ 30 milhões para iniciar um programa de obras nas encostas, como medidas preventivas dos deslizamentos de terra.

PROVIDÊNCIAS

Ainda resta tempo para se proteger o pouco de florestas nas encostas de Vitória, acentuou o diretor do DO. "É preciso que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal impeça novos desmatamentos, pois compete ao órgão essa função. Se ao menos fosse conseguido controlar e preservar o pouco que existe, nem tudo estaria perdido".

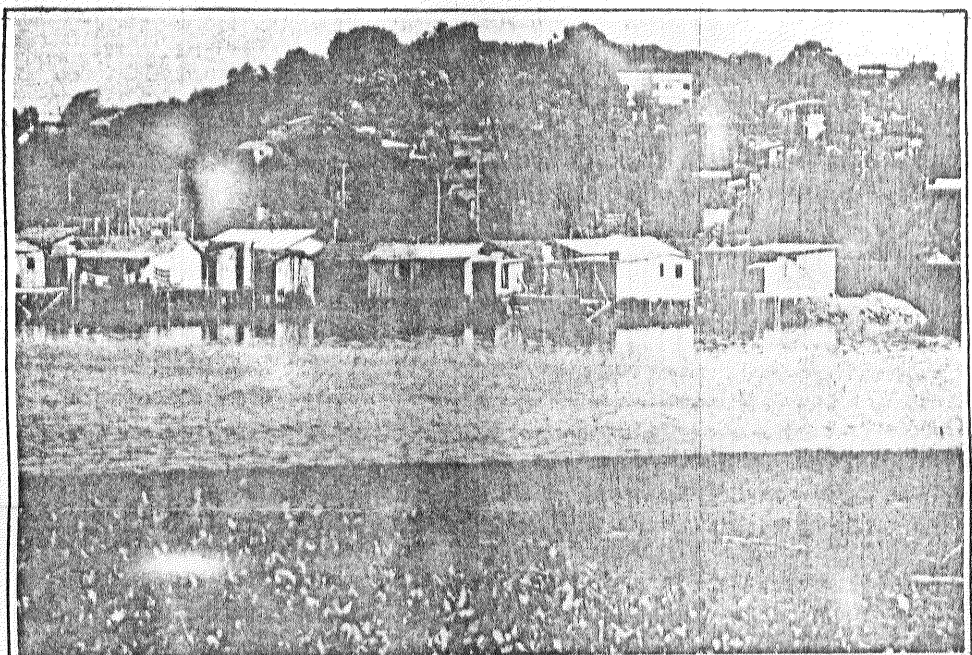
O engenheiro explicou também que os morros de Vitória são "particularmente perigosos, pois sustentam muitas pedras. Se os terrenos sofrerem devastação, escavamentos etc., a cada chuva será maior o perigo do deslizamento de grandes toneladas de pedra. E os danos serão incalculáveis".

ESTUDOS

A Fundação Jones dos Santos Neves, através da Comissão Estadual de Meio-

ambiente, formada por ecólogos, hidrólogos e foto-interpretadores está desenvolvendo um projeto de análise ambiental na região metropolitana de Vitória. Esse projeto vai estudar a erosão, a poluição da água e do ar, e tombamento de mangues da Baía Norte de Vitória.

Para isso, estão sendo elaborados levantamentos de solo, fitogeográficos (matas), das declividades do terreno, pluviométricos e climatológicos de sete municípios que influem diretamente em Vitória. Segundo técnicos daquele órgão, a quantidade de áreas verdes de Vitória para cada habitante não chega à metade do que é padronizado, segundo a ONU.



Quase todos os morros de Vitória têm construções acima do nível máximo de 50 metros, o recomendado pela legislação.

dos mata-se sem critério; são feitas pastagens que degradam enormemente os solos; estes entre tantos outros erros. A produtividade ecológica é muito baixa em média, ou seja, a terra não consegue oferecer sustento a muitas pessoas. Isso se torna mais um fator de ativação do fluxo migratório em direção às cidades maiores. Uma política agrícola voltada para o uso mais racional e a recuperação dos solos parece-nos bastante necessária.

O especialista acentua que "no caso do Espírito Santo, parece-nos que a exploração de uma agricultura em bases ecológicas, sustentáveis a longo prazo, seria uma atividade que poderia gerar grande crescimento econômico, em particular a atividade florestal com espécies nativas e as indústrias de transformação nesse setor, como empresas madeireiras, indústrias de móveis, etc. A nossa madeira nobre é da melhores do mundo e a atividade florestal em base ecológica tem a grande vantagem de não exaurir os solos."

A distribuição fundiária também é um fator de esvaziamento do campo - segundo o especialista. Uma partição mais equitativa do espaço rural seria também outro desativante do movimento migratório. Além disso, as cidades menores deveriam ser mais autônomas econômica, política e culturalmente, oferecendo compensações que a vida nas cidades grandes não pudesse oferecer ao contrário do que se nota atualmente, com a comunicação de massas, as tendências centralizantes dos regimes e a perda progressiva da identidade econômica e cultural das concentrações humanas menores. Esta perda de identidade contribui para a itensificação da migração em direção aos centros maiores, os quais, dentro do contexto de massificação de influências são os únicos que podem oferecer as

opções da civilização de consumo, explicou.

EUCALIPTO

Paulo de Melo Freitas Junior afirmou: - Numa breve análise do Estado não poderia faltar menção às culturas-extensivas de eucalipto. No nosso entender, a implantação da fábrica de celulose em Aracruz não obedeceu a critérios ecológicos. A maior parte dos eucaliptos foi plantada nos latos solos dos tabuleiros terciários, à custa de devastação da mata tropical riquíssima. Estes solos são extremamente frágeis à macrointerferência e à retirada de praticamente toda a cobertura vegetal primitiva. São solos de problemática recuperação biológica, situados em região de baixo teor de precipitação. Pode-se advertir que sem um planejamento ecológico haverá, realmente, o perigo de desertificação a longo prazo dos terrenos atualmente ocupados pelos eucaliptos. É de se notar também que o eucalipto expulsa o homem da terra. Quanto à capacidade da fábrica, outro senão: a final é de 400 mil toneladas por ano enquanto que em outros países o máximo permitido é menos da metade devido à ação poluidora.

Em relação a essa indústria, o ecólogo objetou: - O potencial turístico das regiões da influência é desconsiderado. Podemos ainda colocar restrições quanto à localização da indústria - praticamente na borda da Reserva de Comboios e na montante, em relação à Grande Vitória, dos ventos preferenciais.

- Deve-se entender, salientou Paulo Freitas, que a crise ambiental tem raízes profundas no comportamento dos grupos humanos. É necessária uma reavaliação do processo desenvolvimentista, pois ainda temos condições e tempo de impedir que as interferências no meio acabem arruinando a qualidade de vida de nosso povo.